

O Gosto do Arquivo e os Ruídos da História



Marlon Salomon

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com pós-doutorado na Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Autor, entre outros livros, de *As correspondências: uma história das cartas e das práticas de escrita no Vale do Itajaí*. Florianópolis: Edufsc, 2002. marlonsalomon@gmail.com

O Gosto do Arquivo e os Ruídos da História

Marlon Salomon

Farge, Arlette. *Quel bruit ferons-nous ?*: entretiens avec Jean-Christophe Marti. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2005, 218 p.

¹ Uma genealogia desta clivagem ou segmentarização seria, certamente, pertinente, embora não seja este o nosso objetivo neste artigo. Uma descrição da reorganização recente das fronteiras e subdivisões do campo historiográfico permitiria perceber as estratégias profissionais/institucionais e questões intelectuais que estiveram em jogo no momento desta reconfiguração. A professora Tereza Kirchner faz notar que esta noção se constituiu recentemente no Brasil reagrupando as antigas subdivisões historiográficas da história das idéias e da história intelectual. O que não deixa de ser revelador de questões singulares à historicidade de nossa ordem do saber – quer dizer: não se pode falar simplesmente da introdução ou da transposição mimética nesta ordem de uma tradição exterior – se considerarmos que na França, por exemplo, a noção – cada vez mais internacionalizada – de história cultural se constituiu e se desenvolveu a partir de uma reorganização das questões até então pertencentes ao domínio da história intelectual. Dito de outra maneira, a partir de um domínio preciso, o da história intelectual, em duas historiografias distintas, desenvolveram-se subdivisões ou novas fronteiras historiográficas singulares. Sobre isto, ver KIRCHNER, Tereza. Entre arquivos e teorias: uma questão de fronteira? In: MENEZES, Marcos Antônio e SERPA, Élio. *Escritas da história: narrativa, arte e nação*. Uberlândia: Edufu, 2007, p. 111 e POIRRIER, Philippe. *Les enjeux de l'histoire culturelle*. Paris: Seuil, 2004, p. 16.

No Brasil, na última década, acentuou-se a divisão e a oposição entre teoria e prática no campo historiográfico. Inicialmente, a afirmação dessa oposição não esteve ligada à finalidade de produzir áreas autônomas no interior desse campo. Então, ela pretendia criticar uma certa história social espontânea, demasiadamente descritiva e naturalizante. No entanto, essa divisão, lentamente, parece impor-se, malgrado o importante esforço de muitos historiadores para que elas não se subtraíam entre si, formando, doravante, zonas separadas, mesmo que aparentemente de um mesmo domínio do saber. De um lado, valeria a pena refletir sobre a introdução dessa linha de segmentaridade que fixa nesse campo duas zonas opostas, sobre essa geografização do pensamento historiográfico em zonas localizáveis que se opõem, sobre a incorporação dessa dicotomia no campo historiográfico. De outro, sobre a própria pertinência em se afirmar essa oposição.¹

Até então, as reflexões metodológicas produzidas sobre essa disciplina não se estruturavam em torno dessa oposição e o que a filosofia da história designava sob esse nome permanecia exterior a esse campo, muito mais ligada a uma reflexão sobre a teleologia do devir e a uma idéia precisa de tempo. Em pouco tempo, essa clivagem se transformou em *doxa* e se enraizou institucionalmente. Signo do esforço dessa acentuação e da legitimação dessa transformação foi a redescoberta e a atribuição de uma nova função à tesoura enferrujada de Collingwood: a de identificação de uma das partes em que se divide o campo historiográfico.

Pode-se admitir tal divisão sem, no limite, deduzir o que nela permanece implícito? Nesse sentido, duas questões mereceriam destaque. A primeira delas é a de que essa divisão, que aparentemente é exclusiva à ordem do saber, assenta-se num pensamento que configura o mundo geral dos homens a partir da partilha que distribui os corpos nesse mundo segundo lugares e funções que lhes são atribuídos.

Não se deve desprezar a imagem - artesanal - da tesoura e da cola. Ela não destaca apenas a imagem do prático por oposição àquele que porta a caneta. Ela não sublinha apenas a imagem do homem preso ao circuito cego de seu trabalho repetitivo e irrefletido por oposição a do homem liberado do trabalho pela luz da “reflexão sobre”. Ela não distingue apenas o ateliê do artesão e o gabinete do filósofo. No fundo, o que ela distingue, é a divisão platônica entre os que trabalham e os que pensam, entre o trabalho manual do artesão e o trabalho intelectual do filósofo separados pelos objetos que se ligam a seus corpos, pela função que lhes é designada e pelo espaço que lhes é assinalado na configuração

geral desse mundo.

A segunda delas diz respeito a um silêncio em torno de um paradoxo que ofuscaria qualquer tipo de oposição, sempre destacado, mas jamais explicitado. É que a historiografia francesa, definida como a responsável por ter operado uma revolução no mundo dos historiadores, também é caracterizada por sua exígua contribuição às reflexões de cunho teórico e filosófico no âmbito dessa disciplina. É preciso olhar para além das fronteiras do território revolucionário, em direção aos canteiros dos territórios régios, para encontrar aqueles que efetivamente se dedicaram a completar a lacuna que os historiadores do hexágono, demasiado presos à precisão das análises de arquivo e à prática da escrita da história, não eram capazes de cumprir. Aqui, vê-se claramente como essa divisão se transformou em *doxa*, pois apenas se pode admitir nesses termos tal revolução se se considera o mundo dos historiadores dividido entre os que *trabalham na* escrita da história e os que *pensam sobre* a história, entre os que se dedicam ao trabalho de arquivo e os que se ocupam da arquitetura das idéias da história. No fundo, na promessa – presente neste discurso, muitas vezes travestido e caracterizado pelo despojamento e desapego aos moldes institucionais e acadêmicos – de liberação do circuito cego e irrefletido do trabalho de arquivo, pode-se perceber a reinscrição de traços hierárquicos nas estruturas objetivas e cognitivas do campo historiográfico.

A biblioteca do Arsenal

É esse tipo de divisão que parece explicar o pouco interesse despertado entre nós por parte importante do trabalho desenvolvido por Arlette Farge, sobretudo, o que se relaciona às suas análises da escrita da história e do seu trabalho de pesquisa na Biblioteca do Arsenal, em Paris.²

Seu trabalho e seu nome parecem ser indissociáveis dos arquivos dessa biblioteca. Motivo de honor e, ao mesmo tempo, de surpresa, sobretudo para a historiografia brasileira, que identifica a grandeza de um historiador à escola a qual seu nome se vincula, mas jamais ao arquivo que formou a sua inteligência. No Brasil, seu nome permanece associado à história das mulheres. Certamente, isso decorre de seu envolvimento direto no projeto dirigido por Michelle Perrot e Georges Duby e pela importância que esse campo de pesquisa alcançou na historiografia brasileira nos últimos 20 anos. Mas o cerne de seu trabalho, sobre a história da vida dos anônimos, dos desclassificados sociais, das classes populares e da invenção de seus singulares modos de vida no século XVIII, continua desconhecido por aqui.

Toda sua trajetória é marcada pelos anos de pesquisa realizados nos fundos pertencentes ao arquivo da Biblioteca do Arsenal. Foi de lá que saiu o seu inusitado trabalho, feito em parceria, a convite do filósofo Michel Foucault, sobre as tais *lettres de cachet*, as cartas *pelo* cárcere. Dispositivo importante no século XVIII, essas cartas permitiam às famílias mandar prender um de seus membros que maculasse a sua honra pública, através de recurso direto ao Rei. Esses pedidos de prisão feitos pelas famílias populares, esses documentos surpreendentes, fortes, desesperados, nos quais simplesmente explode a vida de pessoas comuns, mas que justamente por isso puderam aparecer na história, foram publicados em

² Arlette Farge é diretora de estudos na Escola de Autógrafos e Estudos em Ciências Sociais (EHES), onde dirige com Cécile Dauphin o grupo de História das Mulheres. É autora de uma vintena de livros. Com Natalie Zenon Davis organizou o terceiro tomo da *Histoire des femmes en Occident*. Paris: Plon, 1991. Dentre outros, publicou: *Les logiques de la foule: l'affaire des enlèvements d'enfants à Paris en 1750*. Paris: Hachette, 1988 (em parceria com Jacques Revel), *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIIIe siècle*. Paris: Seuil, 1992 e *Des lieux pour l'histoire*. Paris: Seuil, 1997.

³ FARGE, Arlette e FOU-CAULT, Michel. *Le désordre des familles : les lettres de cachet des archives de la Bastille*. Paris: Gallimard, 1982.

⁴ FARGE, Arlette. *Le vol d'aliments à Paris au XVIIIe siècle*. Paris: Plon, 1974.

Le désordre des familles: les lettres de cachet des archives de la Bastille.³

Livro-acontecimento. *Le désordre des familles* é um livro singular. Certamente, estranho à nossa atualidade historiográfica. Não pertence à nossa época. Mas também não pertencia à época em que fora publicado. Que sentido a filosofia poderia atribuir ao trabalho de um filósofo preocupado em publicar, em parceria com uma historiadora, documentos do século XVIII? Se ainda se tratasse das cartas de Rousseau, dos manuscritos de Diderot! Mas, não. Tratava-se de “procedimentos policiais” envolvendo anônimos das classes populares parisienses. Se ainda se tratasse de uma exposição filosófica sobre a racionalidade historiadora, da luz sobre as sombras... Em que lugar situar na árvore do conhecimento filosófico um tal projeto, senão no espaço em que a tranquilidade assegurada pela identidade da escrita se desfaz? Que sentido o mundo dos historiadores poderia atribuir a um livro que reunisse documentos de infortunados desconhecidos, num momento em que o interesse por um outro tipo de cartas, não as desse Rei ou daquela Princesa, mas daquelas que revelavam a “cultura” dessa ordem ou daquela classe, era corrente?

Se se diz que esse livro não pertence nem àquela época e nem à nossa, é porque se tratava de um livro que implicitamente criticava uma série de idéias correntes. Sobretudo, aquela que identificava as *lettres de cachet* a um instrumento despótico do Absolutismo utilizado para reprimir nobres insurgentes e vassalos insubmissos, a um ato de expurgo dos inimigos do poder, encerrados sem recurso nas sombras da Bastilha. Tais documentos põem em relevo uma série de outras questões.

Itinerários

Esse itinerário e a história desse e de outros encontros podem agora ser conhecidos através da leitura do livro de entrevistas do músico e compositor Jean-Christophe Marti com Arlette Farge. Ela nos permite compreender a sua posição na historiografia francesa contemporânea.

Como se sabe, Farge não é formada em história, mas sim em direito. Foi o acaso e o desinteresse pela vida de jurista que a levaram à história. Trata-se de alguém exterior aos *Annales*, que fez sua formação à margem da corrente. Como Philippe Ariès, Farge é essa visitante exterior, freqüentemente indesejada por muitos, que vem trazer um pouco de tranqüilidade às certezas adquiridas.

Sua passagem à história se fez no início dos anos 70 através do encontro com Robert Mandrou. Professor na EHESS, herdeiro espiritual de Lucien Febvre, autor de um estudo clássico sobre a bruxaria, Mandrou encontrava-se em ruptura com a grande referência historiográfica da época, Fernand Braudel – com quem, aliás, manteve inúmeros conflitos. Sob sua orientação, Farge escreveu seu primeiro trabalho, um estudo tradicional sobre a criminalidade, *Le vol d'aliments à Paris au XVIIIe siècle*⁴. O importante é que, com Mandrou, ela pôde atravessar a corrente então dominante, fortemente caracterizada pela história demográfica e estatística, bastante representativa nos *Annales* (p. 35). Isso lhe permitiu fincar a bandeira de seus interesses em um terreno aberto e novo para o pensamento historiográfico, mas também lhe valeu momentos de marginalização no interior da instituição historiográfica.

Donde o reconhecimento pelo domínio atípico de suas pesquisas e

pelo aspecto pouco convencional de seus temas de estudo em relação à tradição analista e à historiografia em geral, grosso modo, dedicada à história da sociedade. O que de modo algum significa extravagância. Desde meados dos anos 70, ela concentrou seu interesse na análise dos arquivos judiciais e de polícia do século XVIII: processos verbais, interrogatórios, inquéritos e relatórios de investigação: obscuros papéis que lhe permitiram fazer um contraponto interessante ao Século das Luzes. Esse domínio preciso permitiu-lhe construir objetos inusitados de estudo e desviar-se dos grandes temas que dominavam então o horizonte historiográfico. Toda uma série de temas então pouco nobres, e até mesmo considerados pouco acadêmicos pela tradição universitária, tornou-se objeto de seu interesse: a pobreza, a lógica dos afetos, as emoções, as personagens marginais que irrompem à história, os excluídos, o povo. Todo um conjunto de sujeitos que parece ter desaparecido de nossa atualidade historiográfica – e mesmo política –, tais como povo, por exemplo, que depois de ter sido, nos anos 80, denunciado como ilusão e fantasma político pelo realismo sociológico e por outras ciências auxiliares, parece ter retornado à cena na década seguinte sob a forma arcaica e identitária.

Documento da história intelectual contemporânea

Quel bruit ferons-nous ? é um importante documento da história intelectual contemporânea. Figuras decisivas do pensamento francês contemporâneo – segundo a opinião intelectual, distantes entre si –, foram-lhe próximas: Michel Foucault, Jacques Rancière, Pierre Bourdieu. Participou das discussões que durante um certo momento opuseram e aproximaram Foucault dos historiadores. Foi a única historiadora que participou do coletivo *Revoltas Lógicas*, dirigido por Rancière. Além de frequentar os seus seminários, participou de inúmeras discussões com Bourdieu após o lançamento do seu polêmico *A dominação masculina*. Sua trajetória é marcada pela frequência à exterioridade do pensamento historiográfico.⁵

Pode-se também compreender nesse livro a emergência e a configuração singular que a historiografia das mulheres tomou na França, refutando a institucionalização do modelo norte-americano dos estudos feministas. Do nascimento desse movimento em solo universitário em meados dos anos 70 aos trabalhos desenvolvidos atualmente, Farge analisa seus diferentes momentos com suas tensões e debates, sem desconsiderar sua interface com o movimento feminista⁶. Contrária a todas as dicotomias que marcaram as análises dos primeiros trabalhos nesse campo, reticente em relação à maneira como certas análises separavam as mulheres num mundo exclusivo e sem relação com o universo dos homens, crítica em relação à ordinária evocação de invariantes, ela sempre procurou pensar essa história independente da difundida noção de “condição”. Para ela, não há “condição feminina” (p. 92). É preciso pensar e historicizar a singularidade das situações precisas e múltiplas. Farge ainda introduziu nesse campo o estudo da história da sedução e da violência exercida pelas mulheres, temas que lhe valeram inimizades entre especialistas.

Em boa parte do livro, Farge trata das transformações contempo-

⁵ Foi produtora de um programa de rádio na France Culture, *L'histoire autrement*. Sobre essa frequência, ver ainda como o cinema funciona no interior de sua máquina escriturística, p.184 e ss.

⁶ Significativa é a cena em que ela narra seu encontro com Simone de Beauvoir nos anos 70.

râneas – sobretudo, após os anos 80 – do engajamento político dos intelectuais franceses. Situa a emergência do discurso da vitimização, da transformação da política nas infundáveis denúncias dos vitimizados e do reconhecimento de nossa época como aquela das situações incontornáveis. Para ela, essa saturação midiática do sofrimento do outro resulta, de um lado, na sua banalização, de outro, numa atitude política que não leva a lugar nenhum. De forma contundente, ela situa a posição do historiador e de sua disciplina nesse quadro: que ruído pode a história ainda fazer?

Estrutura trágica da história

Os arquivos judiciais reúnem materiais sem nobreza da história da sociedade. Para Farge, eles constituem a estrutura trágica da história (p. 46). São os materiais pertencentes ao mundo dos anônimos e desclassificados sociais. São os documentos que reúnem os traços deixados pelos homens e mulheres exteriores ao mundo dito normal. Donde o problema de como o historiador se relaciona e o que ele faz com esses traços.

Os arquivos da criminalidade permitem atingir a palavra daqueles que não sabiam escrever. E é apenas através desses documentos que aqueles que jamais souberam escrever puderam deixar traços de sua frágil existência. Sem esse trágico encontro, suas vidas não deixariam qualquer registro; sem isto, eles teriam ficado sem voz (p.157). Como não correr o risco de silenciar essa voz? Para Farge, o historiador deve saber acolher essa palavra dos pobres e marginais no cerne do relato histórico, sem transformá-la em dado da ciência dos números. O historiador deve se esforçar em não reduzir - deve mesmo recusar - o povo pobre ao seu não-pensamento, o iletrado à incapacidade de pensamento (p. 47). Ao historiador, essa papelada dá a ler o que o povo pensa e mesmo o que ele diz sobre o que pensa.

O gosto do arquivo

Nessa conversa com Marti, Farge retoma questões importantes de sua reflexão sobre a escrita da história, de sua reflexão sobre a prática de pesquisa e de produção do saber, notadamente, aquelas desenvolvidas em *Le goût de l'archive* (1989). Em primeiro lugar, trata-se de refletir e conceitualizar a prática, isto é, situar-se no lugar em que a própria divisão entre teoria e prática se desfaz, liberar os fluxos de pensamento retidos em linhas segmentárias que separam o pensamento em zonas opostas. Isso implica numa modalidade de reflexão que não busca ensinar aos ignorantes o que eles fazem, sobre o que desconhecem (p. 57). Isso implica numa modalidade de pensamento anticência régia.

Em segundo lugar, considerar o lugar decisivo que a escrita ocupa no saber da história. A escrita da história não é apenas um problema das formas de estruturação do discurso histórico; não é um suporte das idéias, simples veículo de transmissão do saber, mas a experiência da invenção das formas e da expressão; não é apenas uma questão intelectual, mas também uma questão estética, que remete a escrita a um cuidado de si (p.187 e ss). Nela, o historiador e o escritor são indissociáveis. Fazer história é um meio de existir (p. 209).

Finalmente, considerar o arquivo como território fundamental do mundo da história. Definir o que é o arquivo ou, o que dá no mesmo, insinuar-se neste território, talvez seja a questão mais fundamental do saber da história e ao mesmo tempo a menos considerada. Isso porque ordinariamente considera-se o arquivo apenas como instituição responsável por armazenar os papéis inertes da história, que aguardam pela ação ativa da ciência historiadora mediada pelos corretos instrumentos fornecidos pela sua sã metodologia. Antes de tudo, a imersão no arquivo desarma a certeza garantida pela ciência. Ela não é o encontro com os papéis inertes da história, mas do pensamento com uma potência ativa. Que põe a inteligência em alerta. Que mobiliza o pensamento e produz mesmo vibrações físicas. “Os arquivos são os instrumentos de inteligência da história” (p. 51). Abordá-lo inicialmente exige sempre que se comece do zero para se aprender a manuseá-lo. A singularidade de um arquivo mostra a fraqueza de toda metodologia geral ou definição teórica prévia (p.55).

Quel bruit ferons-nous? é uma boa maneira de se aproximar do pensamento de Arlette Farge. Pode-se perceber a trajetória de alguém que se formou em uma época em que se buscava misturar os domínios, embaralhar as zonas, apagar as fronteiras que separam os saberes entre si. Numa época em que se buscava fazer os fluxos passarem entre as linhas, não estancá-los em territórios fixos, divididos em pólos que se opõem. Numa época em que os filósofos – e até mesmo os historiadores – iam aos arquivos. “A idéia de que a História se dedica à ‘exatidão do arquivo’ e a filosofia à ‘arquitetura das idéias’ nos parece uma parvoíce. Nós não trabalhamos assim”.⁷



Resenha recebida em novembro de 2007. Aprovada em janeiro de 2008.

⁷ FARGE, Arlette e FOUCAULT, Michel, *op. cit.*, p. 9.